



Salvador - 2018

**QUILOMBO MESQUITA EM GOIÁS: UMA EXPERIÊNCIA DE ASSESSORIA  
TÉCNICA CONJUNTA DO GRUPO PERIFÉRICO FAU/UNB E NUCLEAÇÃO DA  
RESIDÊNCIA AU+E/UFBA:**

*QUILOMBO MESQUITA IN GOIÁS: A JOINT TECHNICAL ADVISORY EXPERIENCE OF THE FAU / UNB  
PERIPHERAL GROUP AND NUCLEARITY OF THE RESIDENCE AU + E / UFBA:*

*QUILOMBO MESQUITA EN GOIÁS: UNA EXPERIENCIA DE ASESORÍA TÉCNICA CONJUNTA DEL  
GRUPO PERIFÉRICO FAU / UNB Y NUCLEACIÓN DEL COLEGIADO AU + E / UFBA*

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETO E PRÁTICA

**LOPES, Amanda Alves Sicca**

Residente em Arquitetura e Urbanismo + Engenharia da UFBA

[amandasicca@gmail.com](mailto:amandasicca@gmail.com)

**ANDRADE, Liza Maria Souza**

Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Professora do PPG-FAU/UnB

[lizamsa@gmail.com](mailto:lizamsa@gmail.com)

**SILVA, Cyntia Temoteo da Costa**

Residente em Arquitetura e Urbanismo + Engenharia da UFBA

[cyntia.silva.arq@gmail.com](mailto:cyntia.silva.arq@gmail.com)

**PAULINO, Mariane da Silva**

Arquiteta Urbanista do Grupo Periférico da FAU/UnB

## **QUILOMBO MESQUITA EM GOIÁS: UMA EXPERIÊNCIA DE ASSESSORIA TÉCNICA CONJUNTA DO GRUPO PERIFÉRICO FAU/UNB E NUCLEAÇÃO DA RESIDÊNCIA AU+E/UFBA:**

*QUILOMBO MESQUITA IN GOIÁS: A JOINT TECHNICAL ADVISORY EXPERIENCE OF THE FAU / UNB PERIPHERAL GROUP AND NUCLEARITY OF THE RESIDENCE AU + E / UFBA:*

*QUILOMBO MESQUITA EN GOIÁS: UNA EXPERIENCIA DE ASESORÍA TÉCNICA CONJUNTA DEL GRUPO PERIFÉRICO FAU / UNB Y NUCLEACIÓN DEL COLEGIADO AU + E / UFBA*

EIXO TEMÁTICO: IDEÁRIOS, PROJETOS E PRÁTICA

### **RESUMO:**

Este artigo pretende demonstrar a experiência do processo de assessoria técnica conjunta do Grupo de Pesquisa “Periférico, trabalhos emergentes” da UnB e Nucleação da UNB-FAU da 3ª. edição da Residência AU+E/UFBA ao Quilombo Mesquita em Goiás, nas proximidades de Brasília, ameaçado pela expansão da capital do Brasil e pela acelerada valorização das terras da região. O Quilombo Mesquita obteve sua certificação como território remanescente em 2006, por meio da Certidão expedida pela Fundação Cultural Palmares, do Ministério da Cultura, contudo, até a presente data, suas terras ainda não foram tituladas pelo INCRA. No meio do processo das atividades de extensão de assessoria técnica das universidades, o Quilombo Mesquita, que completou 272 anos de existência, foi golpeada pelo Conselho Diretor do INCRA para diminuir em 80% do território, onde as 785 famílias remanescentes de quilombolas que ocupam menos de 20% do território, passando de 4,2 mil hectares para 761. Porém a resolução que permitiria a redução do território foi revogada após notificação feita pelo Ministério Público. O objetivo deste artigo é demonstrar o percurso do trabalho desenvolvido pelas residentes da RAU+E UnB-UFBA, levando em consideração a complexidade inerente aos territórios de comunidades tradicionais em conflito, passando pela compreensão da história do lugar e a invasão do mercado imobiliário no território, as metodologias participativas inicialmente pensadas no plano de trabalho, e por fim, os resultados parciais obtidos das oficinas e trabalho de campo realizado até o momento no Território Quilombo Mesquita. A partir de pesquisa realizada pelo Grupo Periférico sobre Planejamento Afro-rural e Inventário Participativo, os trabalhos da Residência foram divididos em dois projetos de pesquisa e extensão em arquitetura e urbanismo: Eixo 1 – Espaços Públicos; Eixo 2 – Espaços de Memória.

**PALAVRAS-CHAVE:** Quilombo Mesquita; Planejamento Afro-rural; Espaços Públicos; Espaços de Memória; Nucleação UnB-UFBA

### **ABSTRACT:**

This article intends to expose the experience of the process of technical advisory given by the coalition between the Research Group “Periférico, emergent works” from UnB and the Nucleation made by UnB-FAU and the Residence Au+E/UFBA at its third edition. This work takes place at the Quilombo Mesquita, in Goiás, nearby Brasília. This territory is threatened by the expansion of the Brazilian capital and the accelerated growth of the land’s value. Quilombo Mesquita has been its land certificated as a traditional territory in 2006, by the Palmares, a Cultural Foundation of the Ministry of Culture. However, until this date,

its lands have not yet been certified by INCRA. In the middle of process of the extension activities of technical advisory given by the universities, the Quilombo Mesquita, which have completed its 272 year of existence, has been struck by an illegal decision made by INCRA's Director's board that reduced tis territory in 80%, leaving the rest to the remaining 785 quilombola families, that, now, occupay less than 20% of Mesquita's territory. The land would shrink from its 4.2 thousand hectares to 761. Nonetheless, this decision had been revoked once the board had been by notified by the Public Ministry. The objective of this article is to show the process of the work done by the residents of the RAU+E UnB-UFBA. Considering the complexity inherent in the territories of traditional in conflict, through the understanding of Mesquita's history and the invasion of the real estate market, the participatory methodologies initially planned in the work methodologies, and finally, the partial results obtained from the workshops and fieldwork carried out so far in the Quilombo Mesquita's territory. Based on research carried out by the group Periférico on Afroural Planning and Participative Inventory, the work of the Residence was divided into two research and extension projects in architecture and urbanism: Axis 1 - Public Spaces; Axis 2 - Memory Spaces.

**KEYWORDS:** Quilombo Mesquita; Afrorrural Planning; Public Spaces; Memory Spaces; Nucleation UnB-UFBA.

**RESUMEN:**

Este artículo pretende demostrar la experiencia del proceso de asesoría técnica conjunta del Grupo de Investigación "Periférico, trabalhos emergentes" de la UnB y la Nucleación de la UNB-FAU de la 3ª Edición del Colegio AU + E/UFBA al Quilombo Mesquita en Goiás, en la proximidad de Brasilia, amenazado por la expansión de la capital del Brasil y por la acelerada valorización de las tierras de la región. El Quilombo Mesquita obtuvo su certificación como territorio remanente en 2006, por medio de la Certificación expedida por la Fundación Cultural Palmares, del Ministerio de la Cultura, sin embargo, hasta la fecha, sus tierras aún no han sido certificadas por el INCRA. En medio del proceso de las actividades de extensión de asesoría técnica de las universidades, el Quilombo Mesquita, completó 272 años de existencia, fue golpeado por el Consejo Directivo del INCRA para disminuir en 80% el espacio ocupado por las 785 familias remanentes de los quilombolas que ocupan menos de 20% del territorio, pasando de 4,2 mil hectáreas a 761 hectáreas. Pero fue obligado revocar la resolución que permitiría la reducción del territorio después de haber sido notificado por el Ministerio Público. El objetivo del artículo es demostrar el recorrido del trabajo desarrollado por las colegiadas de la RAU + E UnB-UFBA, teniendo en consideración la complejidad inherente a los territorios de comunidades tradicionales en conflicto, pasando por la comprensión de la historia del lugar y la invasión del mercado inmobiliario en el territorio, las metodologías participativas inicialmente pensadas en el plan de trabajo, y por fin, los resultados parciales obtenidos de los talleres y trabajo de campo realizado hasta el momento en el Territorio Quilombo Mesquita. A partir de la investigación realizada por el Grupo Periférico sobre Planeamiento Afrorrural e Inventario Participativo, los trabajos del Colegiado fueron divididos en dos proyectos de investigación y extensión en arquitectura y urbanismo: Eje 1 - Espacios Públicos; Eje 2 - Espacios de memoria.

**PALABRAS CLAVE:** Quilombo Mesquita; Planeamiento Afrorrural; Espacios públicos; Espacios de memoria; Nuclearización UnB-UFBA

## INTRODUÇÃO

Este artigo pretende demonstrar a experiência do processo de assessoria técnica conjunta do Grupo de Pesquisa “Periférico, trabalhos emergentes” da UnB e Nucleação da UNB-FAU/UFBA da 3ª. edição da Residência AU+E/UFBA ao Quilombo Mesquita em Goiás, nas proximidades da capital do Brasil, a partir de estudos já realizados sobre Planejamento Afrorrural, expondo o percurso do trabalho desenvolvido pelas residentes da no território. Este trabalho traz a potencialidade de fortalecer a criação de uma Residência Multiprofissional na Universidade de Brasília em “Ciência Tecnologia e Sociedade & Habitat e Saúde Primária” com a parceria, já estabelecida, com o Núcleo de Política, Ciência, Tecnologia e Sociedade NP+CTS/CEAM/UnB e a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares ITCP da FUP/UnB, que construído relações em redes de assentados, com interação e comercialização entre economia solidária, pequenos comerciantes, produtores rurais e consumidores, com melhoria da logística de produção e da qualidade vida no trabalho.

O Grupo Periférico, registrado em 2017 no CNPq, desenvolve pesquisas sobre temas periféricos e marginalizados no âmbito do sistema acadêmico relacionados à produção do espaço no campo e na cidade (Reforma Urbana e a Reforma Agrária), integrados no formato de “pesquisa-ação” por meio de metodologias ativas e mobilização social com uma visão “transdisciplinar” e “transescalar”, abrangendo movimentos populares, comunidades da periferia, entidades ambientalistas bem como comunidades camponesas e tradicionais.

Apesar dos resultados desta assessoria ainda serem parciais, uma vez que ainda não foi finalizado o trabalho de conclusão de curso da RAU+E/UFBA com a comunidade, durante o caminho percorrido delimitaram-se várias questões importantes para o desenvolvimento trabalhos de extensão e que são interessantes de serem expostas. O tempo e, muitas vezes a burocracia proposta pelos limites acadêmicos, a forma de aproximação, o envolvimento individual de cada pesquisador, a abertura da comunidade, os conflitos territoriais e sociais latentes, bem como a conseqüente necessidade do trabalho ser constantemente reformulado, estão sendo situações chaves que e impõe limites e desafios para o desenvolvimento do trabalho. Que, embora muito distante do Idealizado, vem movimentando um profundo processo de aprendizagem.

Acredita-se que o Território do Quilombo Mesquita possa vir a ser um dos futuros polos de extensão de ação contínua da Universidade de Brasília. Este território de ações extensionistas das duas universidades UnB e UFBA, localiza-se no município da Cidade Ocidental no Estado de Goiás (Figuras 1 e 2) a 60 km da capital do país (Figuras 3 e 4). Passados 272 anos desde sua criação, atualmente o Quilombo se vê ameaçado pela expansão da capital e pela acelerada valorização das terras na região.

O Quilombo Mesquita obteve sua certificação como território remanescente em 2006, por meio da Certidão expedida pela Fundação Cultural Palmares, do Ministério da Cultura, contudo, até a presente data, suas terras ainda não foram certificadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária INCRA. No entanto, o território foi registrado no Diário Oficial da União – DOU, em 29 de agosto de 2011 com a área delimitada correspondente a 4.292,8259 ha, a partir de estudos técnicos realizados<sup>1</sup>, o “Relatório Técnico de Identificação e Delimitação” – RTID. Mesmo assim, ainda não há oficialmente um registro da demarcação e titulação como povos originários e comunidades tradicionais que obrigue o governo a devolver as terras

---

<sup>1</sup> (processo administrativo Nº 54700.001261/2006-82, página 106)

ocupadas à comunidade. Este sítio com valor patrimonial tem parte da sua extensão ocupada por condomínios, propriedades rurais agrícolas e outros residentes que não são parte desta reminiscência quilombola.

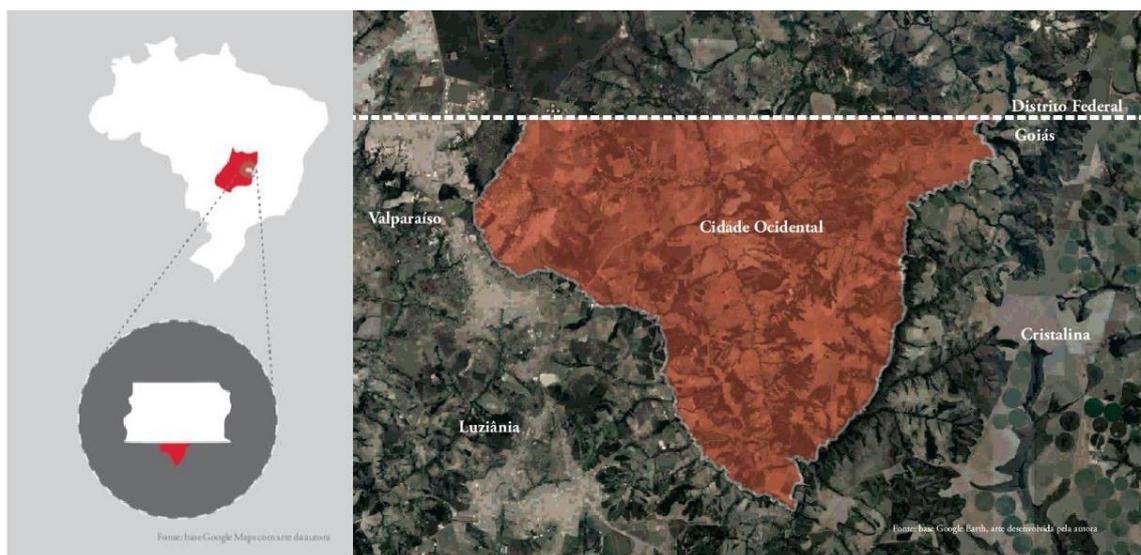


Figura 1 e 2: Localização do Quilombo Mesquita no contexto nacional, do Distrito Federal e da Cidade Ocidental no Estado de Goiás.  
Fonte: PAULINO, 2017.



Figura 3 e 4: Localização no contexto Distrito Federal e Plano Piloto de Brasília.  
Fonte: PAULINO, 2017.

Segundo o RTID do INCRA, o território é ocupado por 1299 indivíduos, formando 785 famílias. A chegada das forças modernizantes, com a expansão capital, contribuiu para a migração de inúmeras famílias, uma vez que, dificultou-se seu acesso à terra. De acordo com Neres (2015), os Quilombolas tiveram uma participação direta na construção de Brasília, mas, raramente aparecem na história como personagens principais. Os membros do Quilombo ajudaram a erguer as cantinas, hospedagens e refeitórios, levando mantimentos,

frutas, verduras, carnes, leite e doces produzidos na comunidade até os canteiros de obra, quando ainda não existia produção de alimentos na capital.

O território que antigamente se estendia muito além do que hoje é reconhecido, é delimitado pelo Ribeirão Água quente e Córrego Mesquitão, pela rodovia 521, o Jardim ABC e o Loteamento Dom Bosco. Atualmente, a Cidade Ocidental recebe maciços investimentos imobiliários e tais investimentos ocorrem devido a instalação dos condomínios Alphaville Brasília Residencial e do Damha Residencial Brasília no bairro Jardim ABC, além de outros loteamentos dentro do território como o Jardim Edite e o Nova Cannã e que fazem fronteira com a área como o Residencial Dom Bosco.

No meio do processo das atividades de extensão de assessoria técnica, o Quilombo Mesquita, foi golpeado pelo Conselho Diretor do INCRA com a Resolução nº 12, de 17 de maio de 2018, publicada no DOU nº 99, de 24 de maio de 2018, “a pedido” de membros da própria Associação. O INCRA tentou diminuir em 80% o espaço ocupado pelas 785 famílias remanescentes de quilombolas que ocupam menos de 20% do território, reduzindo de 4,2 mil hectares para 761 hectares. A área beneficiada é da Divitex Pericumã Empreendimentos Imobiliários, cujo um dos sócios é o senador José Sarney e o senador Eliseu Rezende, do Partido Democratas de Minas Gerais, e do empresário Giovani Moraes.

Quatro ações judiciais tratam da regularização fundiária do Quilombo. O Ministério Público Federal em Goiás entrou com ação (recomendação nº 1/2018/MPF/PRM Luziânia–Formosa) contra a alteração do território, uma vez que o INCRA ignorou o a vontade da maioria da comunidade. Segundo advogados da CONAQ, na Plenária Nacional da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, ocorrida no Quilombo Mesquita em junho de 2018, a Resolução nº 12 é irregular por não ter respaldo técnico, considerando que o último relatório técnico desenvolvido pelo INCRA consta a área de 4.292,8259 ha. Com a notificação do Ministério Público, em 20 de junho de 2018, o INCRA decidiu revogar a resolução que permitiria a redução do território, publicado no dia 21 de junho no Diário Oficial.

Assim, o grande desafio da comunidade é garantir a demarcação e titulação, manter o seu território original e sua identidade bem como recuperar as áreas ocupadas. Porém, é necessário ir além da defesa do território, valorizando a “produção do comum”, o desenvolvimento local com economia solidária e tecnologia social para que o modelo econômico neoliberal não avance. Entendendo o comum como um princípio político e “práxis instituinte<sup>2</sup>”, a produção do comum nos espaços afrodescendentes quilombolas reflete a coletividade territorial e identidade com bens e recursos compartilhados entre os indivíduos, onde o espaço é gerido e administrado numa coletividade e estas relações com o território consolidam as relações sociais, laborais, econômicas e culturais

Neste contexto, os trabalhos de assessoria técnica desenvolvidos pelo Grupo Periférico e a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares ITCP da FUP/UnB com a implantação da Residência Multiprofissional podem contribuir na construção de relações em redes de assentados e angariar recursos por meio de editais

---

<sup>2</sup> “A produção do comum como resistência biopotente Afrorrural no Quilombo Mesquita em Goiás no entorno do Distrito Federal”, artigo do Grupo Periférico apresentado no Seminário Internacional Urbanismo Biopolítico em 2017 em Belo Horizonte.

para promover o desenvolvimento local com a valorização da arte, comunicação visual, artesanato, arquitetura, turismo sustentável, gastronomia.

A pesquisa-ação inicial do Grupo de Pesquisa “Periférico, trabalhos emergentes” da FAU/UnB procurou estudar as questões pungentes relativas à regulamentação fundiária, infraestrutura, patrimônio e identidade cultural, com o auxílio e participação da comunidade, alinhando-se a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, a partir de pesquisas realizadas junto ao INCRA e nos documentos existentes bem como do desenvolvimento de um inventário participativo de patrimônios culturais baseado na metodologia do IPHAN.

Num primeiro momento, na escala macro foi elaborado um plano afrrorural para o Quilombo Mesquita, que consiste em um planejamento territorial por meio de mapas desenvolvidos com a ferramenta ArqGIS com base nos Dados do Sistema de Informação do Estado de Goiás, do IBGE e do RTID do INCRA. Na escala micro, foi desenvolvido um planejamento espacial do núcleo central, um mapa de ocupação com áreas de utilização e áreas de construção, a partir da centralidade existente. Num segundo momento, na escala macro foi elaborado um Plano Afrrorural para o Quilombo Mesquita, que consiste em um planejamento territorial por meio de mapas desenvolvidos com a ferramenta ArqGIS com base nos Dados do Sistema de Informação do Estado de Goiás, do IBGE e do RTID do INCRA. Considerou-se a situação pós-titulação, incluindo a área ocupada por não-quilombolas, identificando a necessidade de desocupação para uso da comunidade, incorporando as famílias que hoje se encontram fora do território. Na escala micro, foi desenvolvido um planejamento espacial do núcleo central, um mapa de ocupação com áreas de utilização e áreas de construção, num raio de 250 metros a partir da esquina de onde fica o campo de futebol.

As demandas por projetos de arquitetura e urbanismo apresentadas pela comunidade abrangem o espaço de memória que existia no anexo da antiga Capela de Nossa Senhora da Abadia, a restauração do Casarão de Aleixo Pereira Braga do século XIX bem como centro de vivência com espaços multiuso, praça e equipamentos comunitários com identidade africana. O desenvolvimento dos novos projetos estão sendo conduzidos pelas arquitetas residentes da RAU+E/FAU/UFBA com envolvimento da comunidade para atender as demandas, a fim de fortalecer laços e criar ambientes de pertencimento e empoderamento bem como assegurar e salvaguardar integridade física e histórica da comunidade.

A vida das comunidades quilombolas é marcada por uma intensa luta de resistência histórica. Frequentes adaptações e negociações políticas que marcam essas trajetórias apenas reafirmam a identidade quilombola, a qual é profundamente ligada a resistência à escravidão. O caso do Mesquita não é diferente.

O objetivo principal do artigo é demonstrar a continuidade do processo de assessoria técnica conjunta do Grupo Periférico e da Nucleação RAU+E UnB-UFBA, levando em consideração a complexidade inerente aos territórios de comunidades tradicionais em conflito, passando pela compreensão da história do lugar e a invasão do mercado imobiliário no território, as metodologias participativas inicialmente pensadas no plano de trabalho, e por fim, os resultados parciais obtidos das oficinas e trabalho de campo realizado até o momento no Território Quilombo Mesquita.

## **METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS: DO GRUPO PERIFÉRICO AO PLANO DE TRABALHO DA RESIDÊNCIA**

O processo participativo é ferramenta fundamental para o alcance a uma democracia mais efetiva, responsiva as necessidades locais dos cidadãos. Um processo participativo de qualidade possui como objetivo principal a tomada de consciência dos participantes em relação ao seu papel ativo nas arenas de disputa, construindo uma estima de si capaz de quebrar com os ciclos de repressão que impedem a livre expressão de uma liberdade. É de suma importância a criação de uma comunicação transparente e que todos os procedimentos sejam discutidos coletivamente bem como a criação de mecanismos de monitoramento e compromissos sociais perante a construção de projetos coletivos.

Segundo Geertz (2001, p.26), para compreender melhor os processos observados, é necessário adquirir uma familiaridade operacional com os conjuntos de significado em meio aos quais eles levam suas vidas. Isso não requer sentir como os outros ou pensar como eles, o que é simplesmente impossível. Nem virar nativo, o que é um a ideia impraticável e inevitavelmente falsa. Requer aprender como viver com eles, sendo de outro lugar e tendo um mundo próprio diferente.

O processo metodológico utilizado pelo Grupo Periférico para aplicação do “inventário participativo” do IPHAN no Quilombo Mesquita consistiu inicialmente em identificar dentro da comunidade alguns perfis que captassem diversos grupos que formam a comunidade para que abrangência e multiplicidade identificassem de modo igualitário as referências culturais que são parte da comunidade. Fizeram parte do inventário, famílias tronco iniciais do quilombo e membros que vieram de outras localidades, indivíduos ativos socialmente nos grupos e atividades e membros que não fazem parte das atividades da associação, uma abrangência de idades que permite tratar com diferentes gerações, entre outros.

Investigar, pesquisar e coletar informações sobre as referências culturais que fazem parte da comunidade são parte importante deste processo, através de conversas e entrevistas com os membros da comunidade o objetivo final não consiste em um instrumento de identificação de reconhecimento oficial, contudo consiste em provocar situações de aprendizado sobre o processo histórico-cultural. Durante o processo foi perceptível a tomada de consciência por parte de alguns membros em que consiste o patrimônio e as referências culturais da comunidade e como – e se – havia alguma ação de preservação e manutenção destes.

As categorias abrangidas pela pesquisa foram: (1) lugares, (2) celebrações, (3) formas de expressões e (4) saberes, onde em cada categoria se busca descobrir a referência da comunidade em cada aspecto, identificando e relatando a maneira como os indivíduos o percebem. Os trabalhos da Residência AU+E deram continuidade a categoria “lugares” foram divididos em dois projetos de pesquisa e extensão em arquitetura e urbanismo: Eixo 1 – Espaços Públicos; Eixo 2 – Espaços de Memória

Eixo 1 – Espaços Públicos.

As lideranças demonstraram o interesse no desenvolvimento de um projeto que tenha como objetivo celebrar a memória do Mesquita e fortalecer sua economia. Em conjunto com a comunidade foram levantadas quais as potencialidades dos espaços disponíveis para a construção da praça. Durante o processo foram apontadas duas possíveis áreas, porém foi decidido que a área a ser projetada deveria favorecer ao máximo a comunidade quilombola, portanto foi escolhido um terreno mais central, em frente à Igreja Nossa Senhora Da Abadia. Tendo a consciência de que processos transformadores das realidades locais devem ser

guiados pelos desejos da comunidade, foi proposto inicialmente o desenvolvimento de um processo capaz de criar ferramentas para a compreensão crítica do espaço, que fortalecesse a discussão sobre a importância das relações sociais na construção dos espaços públicos por meio de atividades coletivas e oficinas.

Foi proposto, também discutir sobre a relação entre espaço e memória, criando-se assim ferramentas para a construção de uma praça que atenda verdadeiramente as necessidades da comunidade. Porém, apesar do planejamento ter levado em conta todos esses aspectos, a aplicação desses dispositivos está em ritmo lento, já que a comunidade se encontra em um processo complexo em que o conflito instaurado não permite que as lideranças estejam disponíveis para seu desenvolvimento. Além disso, pediu-se que o trabalho não fosse aberto para a comunidade. Até o final do trabalho, pretende-se chegar ao nível de estudo preliminar de um projeto de urbanismo para a área central do Quilombo. Atualmente estão sendo desenvolvidas mapas e análises baseadas na metodologia das dimensões da sustentabilidade.

## Eixo 2 – Espaços de Memória

Partindo das demandas levantadas, com os produtos do “eixo 2 – Espaços de memória” pretende-se fortalecer a identidade do Quilombo Mesquita, contribuindo para a defesa de seu território. Portanto, esse eixo tem como objetivo desenvolver um material patrimonial arquitetônico a partir do levantamento dos Casarões e o Museu comunitário na antiga Capela, hoje conhecida como “Espaço Memória”.

Para o levantamento e o mapeamento dos casarões, estão sendo levantados os seguintes estudos: estudo histórico; levantamento histórico oral, documentação fotográfica e registros fotográficos atuais e desenhos. Todas edificações possuem marcos históricos, sejam elas bens tombados ou não, além da representação e relevância ao local a que pertence, valorizando e enriquecendo olhares e memória. No “Espaço Memória” existente hoje na antiga Capela, pretende-se fortalecer o conceito de museu comunitário, onde os acervos ajudam a revelar os modos de vida da comunidade, fortalecendo e resgatando a memória local. A finalidade do museu comunitário é contribuir com desenvolvimento social e cultural, a partir da valorização do patrimônio cultural da comunidade, enriquecendo seus valores históricos local.

Pretende-se dar continuidade, aprofundando pelo processo participativo, a categoria lugares, na qual foram levantadas como referências culturais a Capela de Nossa Senhora da Abadia, Casarão de Sinfrônio Braga e o agrupamento de casas, formado pela ocupação segundo as regras de parentesco e os espaços comuns. Com o processo participativo está sendo realizado um levantamento da memória em relação aos espaços, compreendendo seus usos e evolução. É importante considerar a memória dos quilombolas mais antigos e os jovens, para que se possa compreender o que foi o Mesquita e o que ele pretende ser. Assim, espera-se conseguir criar propostas, condizentes as necessidades da comunidade e que respeitem seu passado, projetando para o futuro os valores desta comunidade.

## ENTENDENDO A HISTÓRIA DO QUILOMBO MESQUITA

A compreensão da história do lugar e as relações existentes se deu inicialmente por meio do contato com as lideranças da comunidade do Mesquita e o professor Manoel Barbosa Neres que publicou o livro “Educação Quilombola em Mesquita: estudo da gestão da escola a partir do processo histórico, emancipatório e das relações de conflito”. Em seguida, foi realizada uma pesquisa historiográfica, observando relatos da comunidade e informações extraídas do RTID do INCRA.

A história começa com a vinda compulsória de escravos para as minas de Santa Luzia, no século XVIII, um dos últimos complexos auríferos encontrados no Goiás. A expansão rumo ao interior do Brasil em busca de ouro pelos bandeirantes levou a descoberta da região em meados dos anos 1740. A Vila de Santa Luzia foi fundada em dezembro de 1746, pelo bandeirante paulista Antonio Bueno de Azevedo, que escolheu instalar-se na região em uma fazenda de lavoura, que daria meio de subsistência para os trabalhos na mineração. A expansão do território pela caça e a exploração das minas, ainda não declaradas a Coroa Portuguesa, levou aos bandeirantes a chegar até o Arraial da Meia Ponte, onde hoje conhecemos por Pirenópolis.

A região de Santa Luzia teve seu apogeu entre os anos 1747 a 1775, sendo a região mais rica na produção de ouro no Goiás, trazendo um grande contingente de senhores e escravos para a região. Estes últimos, sofreram as mais inúmeras formas de violência. Não apenas a física, mas também moral e psicológica como uma forma paliativa de controle de rebeliões.

Para os senhores, no ciclo da mineração as terras, voltadas para a produção agropecuária, possuíam menor valor. Para os escravos estas terras representavam trabalho mais ameno que no garimpo e para os negros livre e fugida, uma possibilidade de reconstrução de suas vidas. A terra, mais que um valor econômico, tinha em si um valor maior, o da liberdade.

A exploração do ouro adentrada cada vez mais no território da colônia, distanciando-se das rotas comerciais. A grande dificuldade de acesso a produtos vindos dessas rotas fizeram do cultivo e da manufatura atividades imprescindíveis para a sobrevivência no interior do território. A atividade aurífera, mais que a produção açucareira, devido a dificuldades de importação de produtos, se fez muito mais propícia ao surgimento de um mercado interno. O necessário era produzido, o que não proporcionava o surgimento de um mercado de bens excedentes.

O ano de 1775 marcou o declínio da produção do ouro na região de Santa Luzia. O Goiás entra em um período de pobreza o que força a população das cidades a buscar no meio rural sua subsistência. Uma série de elementos, como a pequena renda produzida e a falta de investimento da Coroa em estradas leva a região passar por um período de dormência econômica durante um século. As atividades econômicas de subsistência levaram a formação de um mercado interno baseado na pecuária. A localização no interior do território da colônia impôs limitações comerciais. Os produtos produzidos também eram os mesmos encontrados nas regiões próximas a costa. Tal recolhimento levou ao desenvolvimento da agricultura e da pecuária, os pilares da economia futura da região.

A escassez de ouro levou a emigração de senhores e muitas das terras sendo muitas delas doadas ou abandonadas. Este é o caso das terras do sargento-mor José Correia Mesquita.

É nesse contexto, que a Fazenda Mesquita, abandonada, passa a abrigar a comunidade negra que viria a se reconhecer pelo mesmo nome, formando o povoado de Mesquita. José Correia Mesquita doou a sua terra a três escravas. As suas famílias, Lisboa da Costa, Pereira Braga e Teixeira Magalhães, construíram o tronco da comunidade, que também acolheria muitos escravos fugidos. Esse evento fundador possui suma importância para a construção da identidade do grupo. É no passado ligado a liberdade e permanência na terra, que todos possuem suas origens.

Essa formação levou a comunidade de Mesquita a criar profundos laços comunitários com a terra. O trabalho é baseado na solidariedade e na troca de produtos entre os moradores da região e as famílias contam umas com as outras para o trabalho na terra. A relação da comunidade com a terra é fundamental para a construção de mundo dos “mesquitenses”. Sendo sua relação com o trabalho rural fundamental alicerce da comunidade.

A comunidade na sua maneira de se organizar dispensava a existência de cercas. A propriedade era comum a todos. E quando um novo núcleo familiar se formava, eram livres para escolher no território uma parcela para sua fixação, geralmente terras próximas as casas de suas famílias e de cursos d’água. A ocupação no território se dava estruturado nas relações familiares, perpetuando a cultura do grupo.

Um dos produtos mais importantes produzidos na comunidade é a Marmelada de Santa Luzia. O famoso doce foi produto de exportação, ainda no período colonial, e teve o Mesquita como um dos seus maiores produtores, contribuindo mais ainda para sua afirmação no território. A Marmelada de Santa Luzia é fator fundamental a construção da identidade da comunidade.

A construção de estradas para o escoamento da produção agropecuária do Goiás trouxe para a região impactos. Visando uma maior produção, que antes atendia um mercado pequeno, uma vez que sua produção era secundária a produção de outros produtos importantes para a subsistência da comunidade, passa a ser feita em mutirões. Impulsionados pela liderança comunitária de Aleixo Pereira Braga, a comunidade “mesquitense” entra em uma fase de ascensão.

A vida da comunidade se organizava pelo trabalho. Seu modelo de produção tradicional era baseado nas trocas entre membros da comunidade, criando redes de solidariedades baseadas no princípio da reciprocidade. A produção se dava por meio de mutirões e das chamadas “meias”. Nesta apenas uma terra era utilizada para o cultivo e seus produtos eram divididos. Importantes sistemas de agregação da comunidade que tinha sua vida social baseada nas trocas e no trabalho coletivo. Relações de solidariedade na produção do comum que muito se distanciam da produção de mais valia do capitalismo.

Os mutirões são eventos centrais na vida comunitária. São momentos de troca de saberes entre gerações. Eles são vitais para a perpetuação da cultura da comunidade, que muito se apoiada na tradição oral. A manutenção desses meios de produção, e também de produção espacial, é imprescindível para a manutenção da vida e história desta comunidade.

O projeto desenvolvimentista que visava a interiorização do país traz para o Goiás uma lógica capitalista que muito se distanciava da lógica de produção estabelecida em comunidades como o Mesquita. Esse novo vetor de crescimento para o interior, não apenas representava uma expansão da urbanização, mas também o alinhamento com as demandas do capitalismo.

Segundo Milton Santos (1999, p.29) a lógica do capital fundada no consumo e expressa no urbanismo é matriz de embate com a cultura popular, “a economização da vida social impõe uma competitividade e um selvagerismo crescentes”. As novas regras enfraquecem as solidariedades ancestrais e “a cultura popular, cultura “selvagem” e irracional, é substituída, lenta ou rapidamente, pela cultura de massas; o espaço “selvagem” cede lugar a um espaço que enquadra e limita as expressões populares”.

A comunidade passa a interagir com uma lógica estruturalmente diferente e novos códigos foram inseridos no seu cotidiano, causando rupturas profundas no seu modo de vida. A incorporação desses códigos e conflitos internos levou a primeira divisão da terra entre dois troncos familiares. O aumento da produção e a possibilidade de acúmulo e desenvolvimento das famílias, foi decisivo para divisão de terras, e, conseqüentemente, uma nova relação da comunidade com a terra. A terra não pertencia a ninguém, mas direcionava um limite para a produção de cada família.

A divisão das terras estabelece uma nova lógica de propriedade privada, que muito se distancia da produção comum do espaço. Novas regras sociais são introduzidas na comunidade, que se passa a ter seu espaço gerido por cada núcleo familiar. Ela se dá dentro dos limites de cada família.

As terras que ficavam abandonadas pela falta de herdeiros poderiam ser ocupadas por novos núcleos familiares ou membros da comunidade que estivesse disposto a trabalhar nela. É o trabalho na terra que legitima a sua posse. Houve um desmembramento do território, e muitas parcelas do mesmo foram tiradas da comunidade por terceiros que passaram a ocupar essas terras.

É nesse cenário de perda de terras que a comunidade vê desaparecer territórios sagrados, como a 'Cruz de Simeão', local de importante peso religioso, ou seu cemitério. Abalando profundamente a preservação da memória do Mesquita. Os mortos que antes eram enterrados no próprio território passam a ser enterrados na Cidade Ocidental. Esse processo é avassalador para a memória da comunidade, uma vez que rompe com a conexão com a sua ancestralidade.

As mudanças no Mesquita se potencializam com transferência da capital para Brasília, há apenas 60 km de seu território (Figura 5 e 6). A demarcação de terra do Distrito Federal, onde parte do território quilombola se encontra, não levou em conta o mesmo. Sem conseguir provar a titularidade da terra parte de seus territórios foram desapropriados e ocupados pelo Estado.



Figura 5: Território Quilombola no século XX.  
Fonte: Mariane Paulino, (2017).

Além da desapropriação de terras a vinda nova capital trouxe a vinda de muitas pessoas estrangeiras àquele contexto. Mais uma vez a comunidade Mesquita sente os impactos dessa lógica globalizante do capital que é extremamente invasora. Esse sistema hegemônico busca "instalar-se em toda, parte, desalojando os

sistemas autônomos, ou buscando incluí-los em sua lógica, segundo diferentes graus de dependência” (SANTOS,1999, p. 144). “Nada é levado em conta, exceto a busca desenfreada do lucro, onde quer que se encontrem elementos capazes de permiti-lo” (SANTOS,1999) e nesse processo de totalização do sistema capitalista, a história de grupos sociais é apagada com o roubo e comercialização de suas terras.

A construção da capital foi aos poucos expulsando as famílias que ali moravam mais próximas de onde foi construído o Catetinho, primeira residência oficial de Brasília. O território do Mesquita, que antes se expandia além das áreas originais da fazenda, foi se centralizando nas áreas a eles concedidas.



Figura 6: Decrescimento da área Quilombola na época de emigração com a construção de Brasília.  
Fonte: Mariane Paulino, (2017).

Mas além de mudar sua relação com o território a chegada do “progresso” também mudou a relação dos “mesquitenses” com o trabalho, uma vez que muitos passaram a trabalhar com a construção civil ou em fazendas vizinhas e a vinda de maiores fluxos de capital e pessoas possibilitou uma maior produção e uma maior comercialização dos bens excedentes da produção local. A lógica capitalista de produção do campo invade o Mesquita desestabilizando a forma de produção tradicional. Em companhia com o declínio da produção de marmelo, devido a uma série de pragas na plantação, e a falta de estímulo para a mesma, a nova técnica não permitia a competição da realidade local com a nova estrutura que se instalava.

O trabalho estruturado em mutirões e em trocas recíprocas entre familiares e sobre o qual se estruturavam as relações sociais no território não é capaz de competir com o trabalho assalariado. A ordem global se impõe sobre os processos locais. Para Milton Santos (1999, p.269):

Assim enquanto o “mundo” intervém no espaço e o transforma unilateralmente, para responder localmente a imperativos globais, mas exclusivos – como os interesses das transnacionais – a complexidade da organização espacial é agravada, como um problema coletivo.

A organização espacial de uma sociedade expressa as regras sociais impressas nessa sociedade. Se sociedades são formadas por redes de relações entre indivíduos, os espaços expressam em sua forma estes mesmos

sistemas relacionais, ou melhor as possibilidades espaciais que fornece ao indivíduo (HILLIER E NETTO, 2002). A ocupação se dava próxima dos familiares, tende a uma ocupação mais preocupada com os recursos naturais uma vez que a manutenção da comunidade necessitou da sua produção subsistência de apoiada pelo trabalho comunitário para sua reprodução através dos tempos.

### **A INVASÃO DO MERCADO IMOBILIÁRIO NO TERRITÓRIO DO QUILOMBO MESQUITA**

A questão territorial é fundamental para identidade do quilombola. Além de ser uma questão jurídica, uma vez que o direito à terra passa pelo auto-reconhecimento de uma comunidade como quilombola. Observa-se “pela primeira vez desde a proclamação da República se aplica uma política sobre populações rurais negras que tem consequências no plano fundiário”(LIFSCHITZ, 2011, p.112), mas também na sua construção identidade já que existe um esforço de agentes externos para a sua reconstrução, o que constitui uma variedade de modelos “de produção de etnicidades que incorpora também o Estado” (LIFSCHIT, 2011, p.15).

O Mesquita, em 2006, recebeu o certificado de comunidade remanescente de quilombolas pela Fundação Cultural Palmares e, segundo o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação, desenvolvido pelo INCRA, teve sua área delimitada em 4.292,84 hectares. Hoje, as 785 famílias remanescentes de quilombolas ocupam menos de 20% desta área, utilizando-se de 771 hectares. (PAULINO, 2017, p.11). No seu território se encontra em grande parte dentro da Cidade Ocidental (Figuras 1 a 4), a qual se encontra no Goiás dentro da área de abrangência da Região metropolitana do DF, possuindo como municípios limítrofes, Valparaíso de Goiás, Santa Maria e São Sebastião no DF, Cristalina e Luziânia. Segundo dados censitários de 2013 e 2010, sua área é de 388,162 km<sup>2</sup>, com uma população de 65,520 habitantes, sendo 43,613 urbanos e 12,270 rurais.

A economia do município é baseada na criação de gado bovino de leite e corte, no plantio de soja e na produção do doce de Marmelo. O município possui forte potencial turístico, segundo a Agencia Goiana de Turismo (idem), o que poderia levar a um crescimento da economia da região e o que também pode ser uma potencialidade para o desenvolvimento do Quilombo. É necessária cautela, uma vez que atividades turísticas, se não forem desenvolvidas de forma crítica, podem trazer maior desestruturação para a comunidade. Essas atividades tendem a “exotizar” tais comunidades tradicionais, é importante proteger a comunidade de um turismo étnico que vende a cultura e a identidade de um povo como mais uma mercadoria.

O território do Quilombo possui seus limites ao norte no Ribeirão Água Quente e Córrego Mesquitão, ao sul na rodovia 521, ao leste no Jardim ABC e ao oeste no Loteamento Dom Bosco. Observa-se uma forte pressão imobiliária na região, uma vez que se encontra encurralada entre os vetores de crescimento urbano proveniente tanto do DF quanto da Cidade Ocidental, como pode ser observado em seu Plano Diretor. A região demarcada pelo INCRA, foi definida como uma Macrozona Urbana 3 (Figura 9), o que permite a construção de residências multifamiliares, segundo o Plano Diretor da Cidade Ocidental. Somente a área já ocupada por quilombolas de 771 hectares, uma área irrisória em relação ao verdadeiro território, não seria cabível uma ocupação de caráter mais urbano.

Tal planejamento desrespeita os direitos quilombolas e corrobora pra a expansão do capital, destruidor da lógica tradicional de organização territorial da comunidade agravando ainda mais a segurança e preservação da identidade do Mesquita, apesar do Plano possuir como uma diretriz a salvaguarda e manutenção da história e da cultura dos remanescentes. Indicar áreas de expansão urbana dentro do território quilombola

é apenas mais uma prova do descaso do Estado, alinhado com as aspirações do mercado, planeja alienando as pessoas de sua realidade.

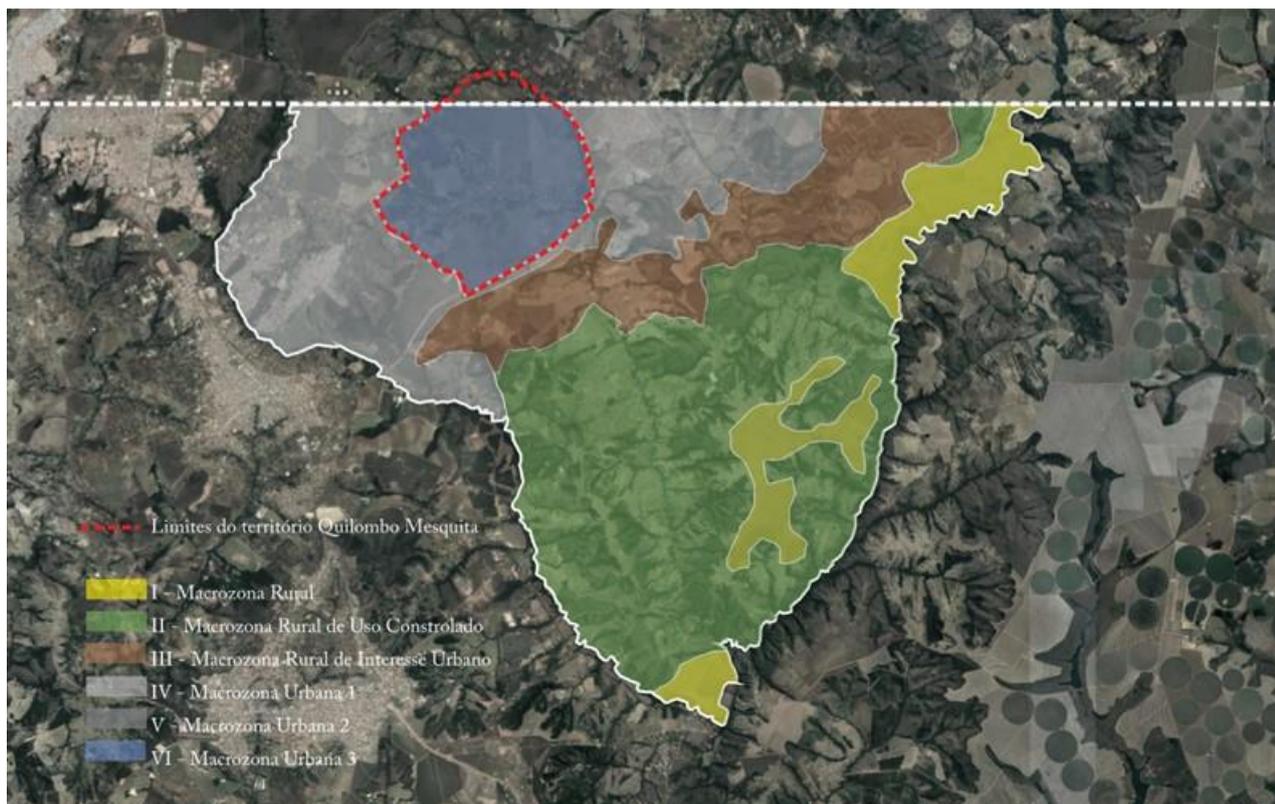


Figura 9: Plano Diretor da Cidade Ocidental - Macrozoneamento. Fonte: Mariane Paulino (2017).

Cultura e território são intrínsecos. É no espaço que se dá o processo de formação da cultura, “resultado obtido por intermédio do próprio processo de viver” e é ela que “nos dá a consciência de pertencer a um grupo, do qual é o cimento” (SANTOS, 2014a, p.81). Processos de desterritorialização significam a alienação e desculturalização de um povo. A escolha de técnicas “sem consideração pelos sistemas locais de recursos naturais e humanos e superpostas a realidades econômicas e sócias diferentes” possuem como resultado a criação de distorções e desigualdades (SANTOS, 2014b, p. 39).

A escolha de um planejamento urbano que passa por cima das realidades locais, colocando em risco a vida e a cultura de minorias que deveriam ser protegidas, para tanto que existem leis criadas pelo mesmo Estado que parece seguir um discurso incoerente, uma vez que suas decisões apoiam o fortalecimento do mercado e não da cultura popular. O Quilombo se encontra em uma zona de forte expansão imobiliária. O padrão de condomínio fechados impera como padrão de crescimento de Brasília, padrão voltado para uma certa classe que pouco dialoga com a construção de uma cidade democrática e acessível a todos, uma vez que se fecha em quistos negando seu entorno e o impacto causado pelo crescimento espreado da cidade. Uma cidade alienada cresce, se sobrepondo a realidades culturais diferentes, criando maior segregação e desigualdade.

O Mesquita se encontra espremido por esses vetores. Ao leste o condomínio Alphaville, grife do bem morar que se instalou em maioria das regiões brasileiras, universaliza a forma de morar da classe média se impondo e destruindo contextos locais. É o capital, que a anos chegou na região desestruturando as relações locais, se tornando cada vez mais predador.

Observa-se o investimento imobiliário também materializado no Condomínio Damha Residencial Brasília e no Residencial Dom Bosco, e já dentro do território quilombola, o Jardim Edite – ocupado por classes de renda mais baixa -, e Nova Canaã, Gota d’água e Bem-te-vi, os quais são condomínios definidos como rurais (Figuras 10,11 e 12).



Figura 10: Condomínios dentro e fora do território quilombola. Fonte: Mariane Paulino (2017).



Figuras 11 e 12: Entradas dos condomínios Bem-te-vi e Nova Cannãa respectivamente. Fonte: Mariane Paulino (2017).

Outro vetor de expansão é a proveniente dos grandes latifúndios de que exercem sua pressão predadora sobre o território quilombola (Figura 13). Tal tipo de produção agrícola, extremamente técnica devido ao profundo processo de mecanização do trabalho, impõe ao território uma ação pouco conectada com os processos locais e como resultado desestrutura os laços ancestrais do trabalho e do solo. Esse tipo de exploração causa impacto não apenas nas relações sociais, mas também desestrutura o ecossistema, desmatando áreas do cerrado para a produção monoculturas que enfraquecem o solo e aplicando veneno na terra. Tais impactos ambientais geram distúrbios na vida dos quilombolas, uma vez que atingem as fontes de água da região devido a ocupação de áreas de preservação permanente do cerrado.



Figura 13: Vetores de pressão na área quilombola. Fonte: Mariane Paulino (2017).

Quando observada a ocupação dos quilombolas no seu território podemos notar uma profunda conexão entre as áreas escolhidas e os cursos d'água o que demonstra o seu vínculo com os recursos naturais (Figura 14). A ocupação também se dá devido aos laços de parentesco, filhos escolhiam terras próximas ao dos pais. Podemos observar que completamente diferente da ocupação proposta pelo Estado, no plano diretor e pelo mercado, nos condomínios e latifúndios, a ocupação quilombola reserva laços locais de memória e ancestralidade com a terra. Seu espaço reflete uma organização de trabalho baseada em laços de "solidariedade orgânica, quando o essencial da divisão de trabalho é praticado na área" (SANTOS,2014a, p.84).

A medida que a solidariedade orgânica é suplantada pela solidariedade funcional regulada, na qual a coesão das pessoas necessita de regulamentação de instituições (idem), o valor de troca se sobrepõe nas relações.

Na solidariedade orgânica “são os valores de uso que avultam no conjunto da atividade territorial, enquanto na solidariedade funcional regulada são “os valores de troca que comandam a vida produtiva e a vida social” (idem).

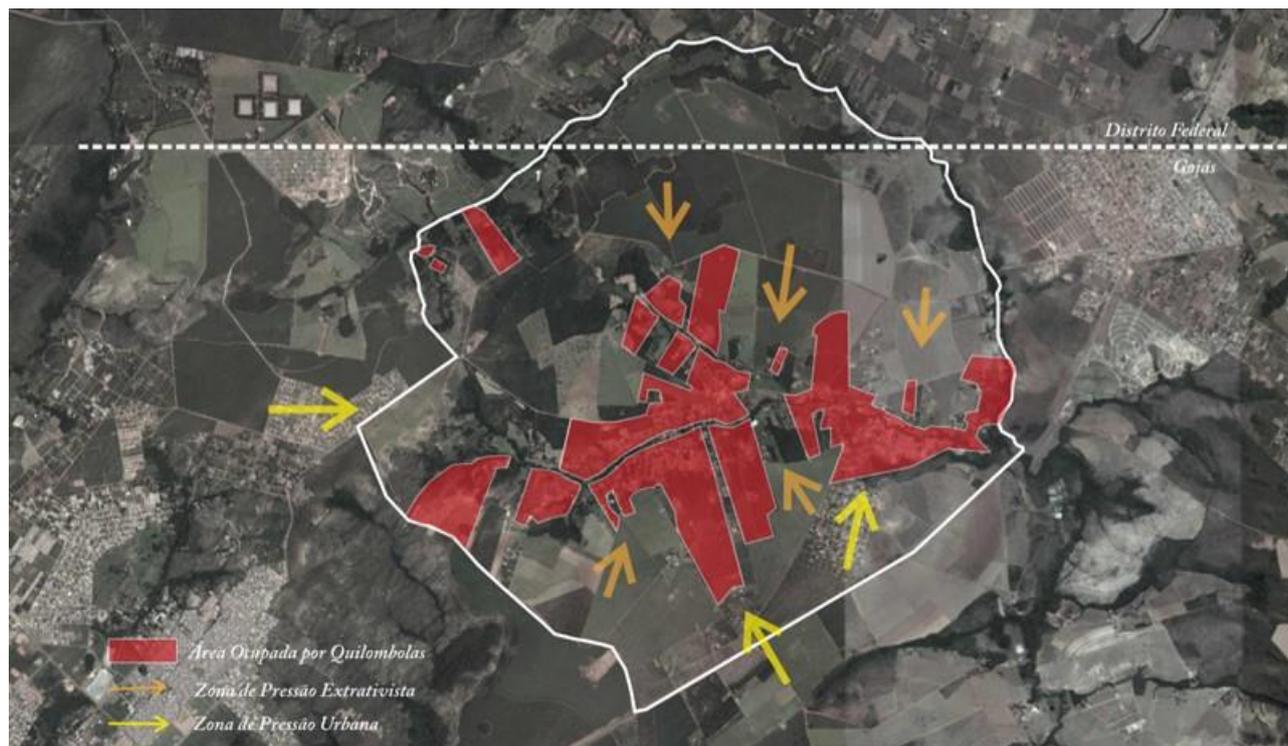


Figura 14: Mapa de Vetor de Ocupação pode-se observar a clara relação entre recursos naturais e ocupação quilombola. Fonte: Mariane Paulino (2017).

Permitir que o mercado organize esse espaço é permitir a entrada de novas lógicas sociais que resignificaram as relações dos quilombolas com o seu espaço, instaurando novos laços de solidariedade e contribuindo para o desaparecimento de sua cultura. Transformando o homem em alienado, pois quando “o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja a história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação”. A relação que era completamente local no território passa a ser desfigurada devido a ação de agentes externos, impondo “novas condições de realização da vida social” as quais são baseadas na “divisão mundial capitalista do trabalho, fundada no desenvolvimento das forças produtivas em escala mundial e conduzida a através dos Estados e das corporações gigantes ou firmas transnacionais” (SANTOS,2014b, p.17).

#### **A CONTINUIDADE DO PROCESSO PARTICIPATIVO DA RAU+E: A COMPLEXIDADE INERENTE AOS TERRITÓRIOS EM CONFLITO.**

O Quilombo Mesquita é uma comunidade remanescente, que luta por seus direitos, reconhecimentos, costumes e tradições, para tal, existe a Associação Renovadora Do Quilombo Mesquita, fundada em 2003, que empreende esforços no processo na afirmação identitária da comunidade, na regularização fundiária do território quilombola, na valorização dos agricultores, na luta pela adequação da escola à sua realidade e

referências culturais por uma educação escolar quilombola, na realização de intercâmbio com outros quilombos e buscando garantir a efetivação de políticas públicas junto às instâncias governamentais municipais, estaduais e federais.

Sandra Pereira Braga é atualmente presidente da Associação Renovadora do Quilombo Mesquita. Sandra é filha do Sr. José Antonio Pereira e Da. Elpídia Pereira Braga, e seus avós Srs. Benedito Antonio Nonato e Aleixo Pereira Braga, que foram figuras importantes para a comunidade e foram eles que se mobilizaram para construção da igreja no local e batalharam por melhorias e conservação da terra do quilombo. Além de Sandra existem outras figuras fortes que lutam pelos direitos Quilombolas, como Manuel Barbosa Neres, autor do livro Quilombo Mesquita: história e resistência; Walisson Pereira Braga, jovem atuante na luta pelos direitos quilombolas; José Roberto Teixeira Braga, aposentado, ajuda com os trabalhos da associação, entre outros. A liderança comunitária tem um papel decisivo no processo de desenvolvimento local.

Com efeito, uma comunidade, coordenada e gerenciada por um líder, é capaz de desenvolver-se de modo sustentável, tendo consciência da interdependência de seus membros, sabendo que sucesso de todos depende do sucesso de cada um e que o sucesso de cada um depende do sucesso de todos. E essa consciência não acontece espontaneamente. É preciso, contudo, esclarecer que o surgimento de um processo de liderança não irá resolver todos os males da comunidade, mas é inegável que a capacidade de pessoas serem agentes de sua história, empreendedoras, criativas, inovadoras, buscando a realização de suas necessidades e a cooperação da comunidade, criando laços de confiança, organizando-se em redes e em parcerias, em torno de valores e objetivos comuns, vai depender fundamentalmente de sua liderança. (BORGES & PINHEIRO, 2012, p.2).

As lideranças com quem o trabalho estava sendo desenvolvido anteriormente pela pesquisadora do Grupo Periférico da FAU/UnB foram os mesmos contatos mantidos durante o trabalho com a Residência em Arquitetura e Urbanismo + Engenharia da FAU/UFBA. Devido ao intenso conflito existente na defesa da luta pelo território, as ações, até o presente momento, não foram estendidas para além do núcleo já estabelecido. Devido à dificuldade de entrar na comunidade, devido à falta de confiança e disponibilidade das lideranças, o tempo para o desenvolvimento do processo participativo se tornou curto. Foi se dando conta da complexidade do conflito com o decorrer do tempo, o que levou a necessidade de uma total formulação do trabalho.

Para a construção de uma mentalidade que fosse capaz de desestruturar o Quilombo, o INCRA desenvolveu duas atividades, que seriam na verdade uma série de oficinas, para uma suposta discussão sobre o processo de titulação do território. Porém essas oficinas foram marcadas e divulgadas com pouca antecedência, sendo convidados poucos quilombolas, os quais a maioria era contrária ao processo de titulação. As oficinas foram tendenciosas e as supostas explicações do INCRA tiveram o efeito oposto, criando uma atmosfera de confusão e desinformação.

Na oficina, dia 12 de abril deste ano, foi muito discutido, pelos representantes do INCRA cuja mesa era presidida por Rogério Arantes, a importância da criação de um acordo que diminuísse o território quilombola, já que o órgão não teria capacidade orçamentária para pagar aos não-quilombolas a sua retirada do território, uma vez que o processo prevê o pagamento do valor real da terra. Outro ponto importante destacado foi que as terras seriam tituladas coletivamente, como prevê o processo de titulação quilombola,

o que causou certo desconforto entre os participantes, pois aparentemente, este é um ponto pouco compreendido e que gera grande desconforto, pois entende-se que isso dificultaria a mobilidade e o enriquecimento dos quilombolas. Foi observado uma maior quantidade de falas contrárias a titulação, porém este espaço era completamente tendencioso. Inclusive as pessoas que mais se manifestaram foram as lideranças que viriam a forjar a documentação da AREQUIM tomando juridicamente aquele espaço e mais tarde formariam o acordo ilegal de diminuição do território com o INCRA.

Tendo observado uma das questões mais urgentes a serem trabalhadas seria a construção de um espaço mais aberto e menos destrutivo para debate repensou-se novamente o trabalho. Uma vez que as tentativas de aproximação e desenvolvimento de atividades mostraram que, talvez, focar em atividades mais lúdicas, que gerassem o diálogo fossem mais interessantes.

Após sucessivas investidas para o desenvolvimento de atividades no dia 29 de abril, ocorreu a tentativa da construção coletiva de um Mapa Afetivo. A atividade ocorreu no quintal da casa da família de uma das lideranças, Sandra Pereira Braga, porém devido ao recente golpe que a Associação havia sofrido, os interesses não estavam muito ligados a discussão do território. Devida a necessidade de catarse e diálogo, a atividade começou quando já anoitecia o que dificultou a visualização do mapa, que, infelizmente, foi impresso em tamanho muito pequeno. Assim, observou-se que um trabalho mais localizado, com poucas pessoas seria o mais interessante. Neste dia houve a presença do Coletivo de Negritude da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB, o Calunga, um designer e fotógrafo e o coordenador do Núcleo de Políticas CTS - Ciência, Tecnologia, Sociedade da UnB.

Durante a atividade do Mapa Afetivo, percebeu-se que talvez o caminho a ser seguido devesse ser outro. Para o eixo 01- espaços públicos, imaginou-se um plano de comunicação para o Mesquita, uma vez que se notou a carência e dificuldade de obter informações e a necessidade de que se estabelecessem canais de comunicação mais favoráveis para o fortalecimento de uma mentalidade favorável ao processo de titulação do território. Este plano consiste no desenvolvimento de uma nova identidade visual para o Quilombo Mesquita (Figuras 15, 16 e 17), a ser utilizada nas redes sociais, na montagem de uma cartilha que explique de forma mais clara o processo de titulação e que poderia ser facilmente disseminada nas redes sociais, um circuito de capacitação com oficinas profissionalizantes, a parceria com grupos e instituições que possam dar suporte técnico para o processo, a criação de uma nova sinalização para o território e um evento de filmes e rodas de conversa, o “Cineminha Marmelada”, para a criação de um espaço físico de trocas de ideias e incentivo ao debate de questões vistas como importantes para o território.

Novamente o plano idealizado se fez distante do que realmente é possível de ser desenvolvido, porém até o presente momento já foi reformulada a identidade visual do Quilombo Mesquita e o Cineminha Marmelada está prestes a acontecer. Algumas parcerias foram sondadas para o desenvolvimento da cartilha informativa, contudo é um trabalho que depende de tempo e disponibilidade.



Figuras 15, 16 e 17: Identidade visual desenvolvida. O desenho passou por algumas alterações pedidas por Manoel Neres e Wallison Braga, e, no momento, espera-se a oportunidade de apresentá-lo para as demais lideranças.

É difícil ainda desenvolver um trabalho do tamanho e complexidade que a Residência se propõe com um número tão pequeno de pessoas. Iniciamos as atividades com duas residentes, porém com o passar do tempo, pela distância e a dificuldade de desenvolver o trabalho coletivo, decidiu-se então separar os trabalhos. Este passo faz parte do planejamento da Residência, que começa com o processo participativo coletivo e o desenvolvimento das demandas individualmente. No caso do Mesquita esse corte se deu prematuramente, e apesar de impor certo número de limitações, foi necessário.

A seguir, apresenta-se o resultado obtido até o momento dos dois trabalhos da Nucleação RAU+E UNB-UFBA sobre os dois eixos de projeto: (1) Eixo 1 – Espaços Públicos; (2) Espaços de Memória.

## RESULTADO DAS OFICINAS E DO TRABALHO DE CAMPO REALIZADO

### Eixo 01 – Espaços Públicos

Como discutido no início das atividades o trabalho da Residência pressupõe o desenvolvimento de um processo participativo, o que é necessário para que de alguma forma o processo seja democrático. Sendo

assim, e percebendo a dificuldade comunicação e abertura dos trabalhos para mais pessoas, foi proposto o desenvolvimento de uma sequência de filmes alinhados com rodas de conversas, evento que recebeu o nome de Cineminha Marmelada, para a construção com um diálogo maior com a comunidade. Observando a carência de atividades culturais e de lazer disponíveis na região, a escolha do cinema para que a atividade tivesse um caráter prazeroso além do vídeo ser uma linguagem fácil e acessível a todos.

Para o evento, programado para acontecer em quatro sextas-feiras culminando na Festa do Quiabo d'Angola, festa planejada pela comunidade, teve-se o cuidado de serem escolhidos filmes que trouxessem temáticas que julgadas como interessantes para a comunidade. Todo o processo foi supervisionado e discutido por Manoel Neres e Wallison Braga, lideranças da comunidade mais acessíveis. Houveram tentativas de contato com outras lideranças para a discussão do evento, porém todas malsucedidas devido a imprevistos e dificuldades de estabelecimento da comunicação. Sendo assim o evento ficou estruturado conforme a tabela abaixo.

As sessões estavam programadas para começar às 18h no Salão da Igreja de Nossa Senhora da Abadia, porém devido a questões logísticas foi transferida para outro espaço, a Sede da Associação Renovadora do Quilombo Mesquita. Inicialmente, o espaço da Igreja havia sido escolhido por ser um lugar comum a todos, uma vez que o Quilombo vem passando por conflitos. Esta decisão foi tomada conjuntamente em reunião e seu objetivo também era proteger o espaço físico da Associação uma vez que é uma atividade aberta a toda a comunidade.

Quanto à divulgação, foi criado e um evento no Facebook pela página do Quilombo Mesquita (Figuras 18, 19) constando a programação (Figuras 20, 21), bem como fixação de cartazes (Figuras 18) nos pontos de ônibus (Figuras 22 e 23), para que membros da comunidade que não está conectada pelas redes sociais também tivesse acesso ao evento. Ainda foi necessário alterar a arte de divulgação com o novo local do evento.



Figuras 18 e 19: Cartaz e imagem para capa do evento no Facebook do Cineminha Marmelada.



Figuras 20, 21: Programação, aviso de mudança de local do Evento



Figuras 22 e 23: Programação, aviso de mudança de local do Evento e divulgação feita nas paradas de ônibus do Mesquita.

## Eixo 02 – Espaços de Memória

No dia 26 de março de 2018 foi realizada a atividade do “reconhecimento do território” (Figura 24). Essa etapa é de suma importância para o desenvolvimento do trabalho na compreensão de quais as relações que se estruturam nesse espaço, as relações dos moradores com determinados locais, a história e os detalhes que escapam ao olhar técnico, mas que são fundamentais para quem vive a realidade do lugar. A atividade foi guiada por Célia Pereira Braga.

O primeiro ponto foi em lugar caracterizado como uma possível praça. De acordo com Célia, a “Praça Jacinto” recebeu o nome em homenagem a Antônio Jacinto Lisboa da Costa. O segundo ponto visitado foi o casarão de “Zé Grilo”. Próximo a ele está a casa de Dona Castorina Lisboa da Costa. Em seguida fomos para o “Casarão de Sarney”, e por último a casa de Dona Vicentina Braga, conhecida por “Dona Tina” (Figuras 25, 26, 27, 28 e 29). Foi possível adentrar apenas nos dois últimos. A partir da atividade realizada e de conversas com Célia, percebe-se a importância de mostrar à comunidade a relevância de conhecerem os locais que pertencem e sua própria história.

Diante as diversas lutas pelo seu território, reconhecimento e identidade que o Quilombo Mesquita vem enfrentando, o desenvolvimento do levantamento e o mapeamento dos casarões estão sendo realizados a



partir dos dados coletados e estudos que resultarão em elementos simbólicos e afetivos para todos da comunidade, valorizando os casarões e enriquecendo olhares e memória. Para o desenvolvimento dos materiais de fortalecimento para a comunidade estão sendo elaboradas ferramentas de trabalho como questionários e fichas para ajudar organizar as informações das histórias do local, além dos mapas impressos que facilitam a marcação do local no território.

Figura 24: Delimitação do território percorrido, 1- Praça Jacinto, 2- Casarão de Zé Grilo, 3- Casa de dona Castorina, 4- Casarão de Sarney e 5- Dona Tina. Fonte: Cyntia Silva (2018).



Figura 25 e 26: Praça Jacinto e Casarão de Zé Grilo. Fonte: Amanda Lopes (2018).



Figura 27 e 28: Casa de Dona Castorina e Casarão de Sarney. Fonte: Amanda Lopes (2018).



Figura 29: Dona Tina. Fonte: Amanda Lopes (2018).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme o decorrer do processo foi possível compreender que a realidade e o tempo são ditados pela comunidade, as regras são suas, assim como os desejos também. O agente externo é unicamente uma ferramenta para o acesso a concretização desses desejos, se forem do alcance técnico do agente, principalmente no que tange aos projetos de arquitetura e urbanismo. Compreendendo a necessidade da busca de um lugar neutro, o que requer profundo processo de desconstrução dos agentes externos. É um processo complexo, que acontece em vários níveis, mas que se construído de forma crítica tem a possibilidade de sempre se adaptar para melhor responder aos anseios comunitários. Sendo assim, torna-se imprescindível discutir todos os aspectos que envolvem esse processo com a comunidade antes que ele aconteça para que seja um processo claro e condizente os desejos coletivos.

Seria importante que houvesse uma equipe multidisciplinar realmente empenhada no progresso do trabalho, porém, infelizmente, o que é desejável e o que possível de ser feito são situações bem diferentes. Com a entrada das residentes da RAU+E UnB-UFBA percebeu-se a importância de se criar uma Residência Multiprofissional, que é a expectativa do Grupo Periférico e o Núcleo de Políticas CTS - Ciência, Tecnologia, Sociedade – do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília.

## REFERÊNCIAS:

ABREU, Oraidia Maria Machado de. **Comunidade Quilombola Mesquita: Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial – na busca da equidade**. Dissertação de Mestrado / Pós-Graduação em Ciências Ambientais e Saúde - Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2009.

ALVES, Daiane Souza. **Identidade Mesquita: Tradição e Descendência Colonial**. Trabalho de Conclusão de Curso em Comunicação Social – Instituto de Educação Superior de Brasília – IESB. Brasília, 2005.

BORGES, Ricardo Cesar de Oliveira; PINHEIRO, Daniel Rodrigues de Carvalho. **Relacionamento da liderança comunitária com o processo de desenvolvimento local**. In: 3º Seminário Luso-Brasileiro, 2012, São Paulo. Disponível em: <http://www.uece.br/mag/dmdocuments/ricardo.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2018.

CARVALHO, Fabiana Ferreira dos Santos. **Cultura e tradições dos remanescentes do Quilombo Mesquita e o projeto político pedagógico da Escola Municipal Aleixo Pereira Braga I**. 62 f. - Curso de Psicologia, Universidade de Brasília. Brasília, 2015.

COSTA, Cláudia Borges. **Mesquita uma Comunidade Negra**. Monografia – Curso de História. Centro Universitário de Brasília. Brasília, 1989.

INCRA. **Laudo Antropológico da Comunidade Quilombola de Mesquita**. In: Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID. Brasília, 2011.

GEERTZ, Clifford. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LIFSCHITZ, Javier Alejandro. **Comunidades Tradicionais e neocomunidades**. Rio de Janeiro: Contra capa, 2011.

MACHADO, Talita Cabral. **Território e Identidade na Globalização: Um Estudo de Caso na Comunidade Remanescente de Quilombo Mesquita no Município de Cidade Ocidental – GO**. Monografia de graduação apresentada no Departamento de Geografia, Universidade de Brasília. Brasília, 2011.

NERES, Manoel Barbosa. **Educação Quilombola em Mesquita: estudo da gestão da escola a partir do processo histórico, emancipatório e das relações de conflito.** 2015, 150f, Programa de Mestrado em Educação da Universidade Católica de Brasília. Brasília, 2015.

PAULINO, Mariane da Silva. **Planejamento afrorrual Quilombo Mesquita: Escalas para a preservação territorial e identitária.** 2017. 131 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília. Brasília, 2017.

RIBEIRO, Antonia da Silva Samir. **Saberes tradicionais e educação ambiental: encontros e desencontros no Quilombo de Mesquita- Goiás.** 2014. 290 f. Tese (Doutorado) Universidade de Brasília. Brasília, 2014.

SANTOS, Ivanise Rodrigues dos. **Tá fazendo marmelada, compadre? Um ensaio sobre a culturado marmelo em Mesquita, Goiás.** Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural –Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2009.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia.** – 6. ed. 2. reimpr. São Paulo: EdUSP, 2014b.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido.** Trad Myrna T. Rego Viana – 2. ed., 1. reimpr. São Paulo: EdUSP, 2008.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão.** 7. ed. São Paulo: EdUSP, 2014a.

SOUZA, José Hélio de. **Os aracnídeos (Arachnidae: Aranae, Scorpiones) na comunidade quilombola de Mesquita, Goiás: um estudo de caso sobre etnobiologia.** Instituto de Ciências Biológicas. Programa de Pós-Graduação em Biologia Animal – UnB. 2007.